

A MARCHA DAS MARGARIDAS E AS POSSIBILIDADES ECOFEMINISTAS NA OBRA DE HANNAH ARENDT

STEFANIE GRUPPELLI KURZ¹; NUNO PEREIRA CASTANHEIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – stefaniegruppellikurz@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – npcastanheira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é estabelecer as possibilidades de um intercâmbio entre as pautas ecofeministas da *Marcha das Margaridas* e o pensamento político de Hannah Arendt (1906-1975). Para tanto, será realizada uma comparação dos conceitos de pluralidade e de igualdade desenvolvidos por Arendt na obra *A Condição Humana* (1958), com as reivindicações estabelecidas no caderno “Poder e Participação Política das Mulheres”, elaborado pela *Marcha das Margaridas* em 2023. Com isso, pretende-se demonstrar que, apesar de Arendt não ser uma autora do Feminismo, da ecologia ou ecopolítica, sua obra aborda esses temas em um pano de fundo, com pautas em comum com as daqueles movimentos, podendo contribuir de forma relevante nessas discussões.

2. METODOLOGIA

As fontes bibliográficas são abordadas de forma analítica, através de conceitos-chave no pensamento de Arendt - pluralidade e igualdade -, bem como reivindicações estabelecidas pela *Marcha das Margaridas* de poder e participação política.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A *Marcha das Margaridas*¹ é um movimento que mobiliza as mulheres do campo, da floresta e das águas de diferentes partes do Brasil. Essas mulheres enfatizam a necessidade de garantir que os direitos e as políticas públicas existentes fossem realizadas, que ocorresse a valorização e o respeito das necessidades das mulheres, como igualdade de gênero, saúde, educação e trabalho. Nele é proposta a elaboração de um projeto de sociedade sem violência, que visa a ser democrático e com respeito à soberania popular. As propostas se baseiam em relações justas e igualitárias no trabalho, na consecução de relações sociais que estejam pautadas na ética, na solidariedade, na reciprocidade, na justiça e no respeito à natureza. Ao entrelaçar as experiências de vida e resistência em apenas um movimento, as *Margaridas*, marginalizadas ao longo da História Brasileira, reivindicam i) uma agricultura familiar e camponesa, ii) promovendo a segurança alimentar, iii) preservando os ecossistemas e iv) a sociobiodiversidade. Elas protestam contra a sub-representação das mulheres na política, apregoando

¹A denominação “Margaridas” é uma homenagem a Margarida Maria Alves (1933-1983), natural de Lagoa Grande, na Paraíba. Líder sindical que dedicou a vida à busca dos direitos dos trabalhadores rurais. Assassinada em 1983, a *Marcha* é realizada no mês de agosto como um meio de revivificar o esforço dela. Margarida Alves foi uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no Brasil, e se tornou um símbolo de luta pela igualdade de direitos para as mulheres rurais.

a necessidade do protagonismo feminino como básico na instituição de uma política baseada na pluralidade, bem como uma maior representatividade, fortalecendo uma democracia direta e participativa.

O pensamento de Arendt possui um conjunto de elementos teórico-conceituais que permitem desenvolver e refletir sobre o espaço público, enfatizando o direito das pessoas à participação política como a base fundamental disso (COSTA; RIBEIRO, 2022). A noção de espaço público, do modo como é desenvolvido por Arendt, pode fornecer “ferramentas” para elaborar uma política mais inclusiva e abrangente, considerando e valorizando os conceitos de pluralidade e de igualdade.

Como para Arendt a política está ancorada na pluralidade (ARENDT, 2002), à medida que um maior número de pessoas se envolver nos processos de decisão, as soluções poderão tornar-se mais inclusivas. Assim, haverá a possibilidade de ampliar as opiniões, as perspectivas e as possíveis soluções. Envolvendo uma variedade mais ampla de metas, poder-se-ão obter resultados que reverberarão em benefícios mais abrangentes para a comunidade. Dessa forma, pode ser possível fazer um intercâmbio entre o ecofeminismo e o pensamento político de Arendt.

Em 2023, com o lema “Pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver” da 7ª *Marcha das Margaridas*, essas mulheres demonstram o desejo delas de reconstruir as políticas públicas e os direitos da população, uma vez que a ausência de direitos e oportunidades experienciados pelas mulheres é sentida cotidianamente. Ao mesmo tempo, o conceito de bem viver propõe uma cosmovisão, por meio da promoção de uma convivência harmoniosa com a natureza. Assim, esse lema expõem a necessidade de estabelecer relações de solidariedade e de coletividade, respeitando as diversas formas de viver.

No Caderno 3 (material produzido pela Marcha), de 2023, o eixo 2 - poder e participação política das mulheres, reivindica, entre outras coisas, i) a democratização do poder e a garantia do direito das mulheres à vida política, com ii) o fortalecimento da participação política delas e iii) a ampliação da representatividade desse grupo, iv) a paridade de gênero na política, v) e a pluralidade dos espaços da política, vi) para que ela seja espaço de todos (CADERNO 3, 2023). As Margaridas fazem essas reivindicações pois entendem que as mulheres ainda são minoria nos espaços políticos e esferas de poder, e que a participação das mulheres é necessária para se realizar a democracia (CADERNO 3, 2023).

Nesse sentido, apoiando a reivindicação de participação política para cada ser humano, Arendt (2013) afirma que a pluralidade é a condição de toda vida política, isto é, todos os seres humanos são únicos, diferentes uns dos outros, possuindo uma identidade única. O discurso e a ação são instrumentos necessários para compreender o outro, e portanto são essenciais para a possibilidade de diálogo e compreensão entre as pessoas. “A pluralidade deriva do fato de que o ser humano não está só, de que existem homens e mulheres aos quais a ação e o discurso singulares de cada um são dirigidos” (MÜLLER, 2022, p. 315). Assim, para Arendt, para participar ativamente da política é preciso estar receptivo ao diálogo (falar e escutar os outros), essencial para a instituição de uma comunidade.

A pluralidade, para ser vivenciada, carece da igualdade entre os indivíduos ao mesmo tempo que valoriza a diferença de cada pessoa. A igualdade humana reside em dois momentos: o primeiro, pelo nascimento - nascem humanos em comunidades humanas; e após, tornam-se iguais formalmente devido à lei. A igualdade é artificial; ela é criada pelos seres humanos por meio de dispositivos

jurídicos, sendo um fato, mas carecendo de ser realizado, isto é, vivenciado no cotidiano. Por meio da igualdade se busca garantir a paridade nas relações entre as pessoas, caracterizando-se como uma igualdade jurídica, estabelecida pela lei. A igualdade não é algo inerente à existência: mesmo que ao nascer os humanos sejam iguais enquanto espécie, é necessário a elaboração da igualdade jurídica, isto é, a garantia de direitos e de obrigações iguais aos membros de uma mesma comunidade (ARENDT, 2013). Porém, em uma sociedade baseada em privilégios, a igualdade pode ser um objetivo distante. Não valorizar as diferenças é desconsiderar o “poder” da pluralidade no sentido de possibilidade de escolhas e de decisões mais coerentes, reduzindo alguém a uma única característica (pobre, migrante, mulher) e, assim, comprometendo a igualdade. Nesse sentido, o oposto da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade: as pessoas são consideradas iguais porque possuem a capacidade de se distinguir uns dos outros (ARENDT, 2002). Por isso que a igualdade que Arendt descreve em sua obra é “uma igualdade de desiguais que precisam ser ‘igualados’ sob certos aspectos e para propósitos específicos” (ARENDT, 2013, p. 268). Nesse mesmo sentido, as ações afirmativas partem “da ideia de que para gerar oportunidades iguais, é preciso criar ações diferenciadas, proporcionais ao grau de exclusão vivido por determinados segmentos da sociedade, como mulheres, indígenas, negras(os), populações LGBTQs, rurais e etc” (CADERNO 3, 2023, p. 3). Assim, é perceptível a importância da paridade política, “no compartilhamento do poder, dos espaços de decisões e de representação por mulheres e homens; e no estabelecimento de condições igualitárias de participação de ambos os sexos” (CADERNO 3, 2023, p. 6). É por isso que “um mundo justo e igualitário não é aquele simplesmente dividido ao meio, mas sim um mundo em que haja igualdade de oportunidades” (CADERNO 3, 2023, p. 6). Nessa perspectiva, Arendt escreveu (2002, p. 48-49) que “todos têm o mesmo direito à atividade política”.

O reconhecimento da pluralidade humana é necessária para uma política que respeite tanto a diversidade quanto a individualidade humana, como por exemplo a que ocorre na *Marcha das Margaridas*, composta por mulheres que reivindicam a representatividade política para as mulheres brasileiras. Reconhecer perspectivas plurais é o que evita a homogeneização dos modos de viver. A pluralidade enfatiza que a participação é mais autêntica e humana quando compartilhamos do mundo com os outros. Para as Margaridas, “não se trata de entender o lugar dessas mulheres como algo apenas simbólico, porque estamos falando de lugares de poder onde são definidas as políticas públicas, as políticas distributivas, o orçamento público” (CADERNO 3, p. 2-3), por isso as mulheres precisam estar nesses espaços. Para atingir esse objetivo, é preciso aumentar a representatividade, fortalecendo a democracia direta e participativa, com a ação e resistência política não se esgotando no voto (CADERNO 3, 2023).

Uma política como a preconizada na obra de Arendt, com a valorização da pluralidade e da igualdade no espaço público, com viés político, torna possível que as discussões sejam mais qualificadas, as decisões sejam mais abrangentes, atendendo a uma maior diversidade de objetivos, beneficiando a comunidade, não apenas a alguns privilegiados. Por isso o pensamento político de Arendt pode contribuir de forma significativa para o embasamento teórico dos movimentos ecofeministas, com *insights* valiosos para ampliar a participação feminina na vida política. Negar às mulheres essa participação ativa é ignorar esses elementos fundamentais para o funcionamento, em aprimoramento, do espaço público-político e para o reconhecimento da humanidade de um grupo significativo da sociedade.

4. CONCLUSÕES

Apesar de essencial, a participação da mulher na política possui muitos desafios e entraves. É preciso superar as barreiras culturais, sociais e políticas a fim de obter espaço em um ambiente tradicionalmente masculino. Ainda assim, movimentos como a *Marcha das Margaridas* têm sido fundamentais para a conquista de direitos das mulheres. Ainda há muitas questões a serem debatidas, e uma “longa jornada”, no futuro, para que haja a garantia de que as mulheres sejam plenamente valorizadas e respeitadas na política. O esforço constante pela igualdade deve persistir.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CADERNO 3. **Poder e Participação Política das Mulheres.** Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/tema/marcha-das-margaridas>. Acesso em: 24 set. 2024.

COSTA, N. R. da; RIBEIRO, N. J. Repensando a questão das mulheres a partir do pensamento político de Hannah Arendt. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 33-48, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/194133>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **7ª Marcha das Margaridas**, 2023. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/#:~:text=Marcha%20das%20Margaridas%202023&text=Mulheres%20de%20todo%20o%20Brasil,16%20de%20agosto%20em%20Bras%C3%ADlia>. Acesso em: 24 set 2024.

MÜLLER, Maria Cristina. Pluralidade. In: CORREIA, Adriano [et al]. (Org.). **Dicionário Hannah Arendt.** São Paulo: Edições 70, 2022. p. 309-316.

PAUTA MARCHA DAS MARGARIDAS. **Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver.** Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/tema/marcha-das-margaridas>. Acesso em: 24 set. 2024.